

Rosana Albuquerque

Antes de iniciar a minha comunicação sobre “Dinâmicas associativas, comunidades imigrantes e minorias étnicas”, gostaria de referir que este trabalho resulta da minha experiência associativa, pois sou voluntária do SOS Racismo desde a sua constituição, em 1990, e também da minha experiência de investigação na área das migrações e relações interculturais, na Universidade Aberta.

O tema que vou apresentar aqui em é um esforço que o SOS Racismo tem estado a desenvolver para caracterizar e analisar o movimento associativo com origem na imigração e também o associativismo cigano. Temos procurado estar atentos à emergência e evolução das associações, de modo a obter um retrato da sociedade civil portuguesa.

Quando pensamos em sociedade civil portuguesa lembramo-nos logo à partida do associativismo que alcançou uma grande explosão a partir do 25 de Abril de 1974, através das associações populares de base que desenvolveram intensa actividade com as comunidades e bairros um pouco por todo o país. Desde esse período, tem-se assistido a um alargamento progressivo das organizações da sociedade civil, que hoje tomam a designação de organizações não governamentais e de associações de desenvolvimento local. Mas desta sociedade civil fazem também parte as associações dos grupos minoritários que vivem em Portugal, sejam imigrantes ou minorias étnicas, e de que nem sempre nos lembramos. É um facto que, apesar da democracia portuguesa ser geralmente definida como uma democracia jovem e de termos muitas fragilidades no sistema de estado providência, factores que têm determinado um défice de participação cívica e de cidadania, a sociedade civil portuguesa move-se. É o efeito Galileu, apesar de tudo, ela move-se.

No entanto, há que salientar que a participação de grupos minoritários, neste caso particular os imigrantes e as minorias étnicas, é determinada por uma multiplicidade de variáveis, de onde se destaca o papel do estado e das políticas que o próprio estado desenvolve em termos de permitir e facilitar, ou não, a participação desses grupos.

A investigação que tem sido realizada sobre a participação dos imigrantes em países europeus, nos Estados Unidos da América e no Canadá, tem demonstrado que o grau e formas de participação são fortemente condicionados pelas políticas implementadas pelo estado. Muitas vezes, existe a dinâmica criada da base para o topo, através das associações e das suas reivindicações e propostas políticas que influenciam a intervenção do estado, porque o forçam a reagir. No entanto, em geral, e isto é ilustrado pelos estudos científicos nesta área, é que a influência do topo, isto é, do estado, sobre a base é mais forte pelo que temos de ter em conta a conjuntura e o contexto social, jurídico e político que enquadra a participação dos grupos minoritários.

Por exemplo, o facto de um imigrante que vive em Portugal há 10 anos não ter o direito de votar, porque em Portugal os imigrantes só podem votar se houver reciprocidade (ou seja os cabo-verdianos que vivem em Portugal podem votar nas eleições autárquicas porque os portugueses que vivem em Cabo Verde também têm esse direito), vai interferir no modo como este imigrante se reconhece enquanto cidadão e irá certamente influenciar as formas de intervenção e de expressão no espaço público da sociedade.

O trabalho que o SOS Racismo tem vindo a realizar é identificar as associações que são criadas por imigrantes e por ciganos, e há que referir que este é um trabalho sem fim porque há uma forte mobilização em torno de associações mas as associações também são muito voláteis, ou seja, muitas vezes existe uma associação que desenvolve actividades mas que não está registada nem tem estatutos e pode facilmente extinguir-se antes de efectivar a sua legalização, outras há que têm estatuto formal mas estão inactivas. Há uma grande diversidade no movimento associativo: Algumas associações desempenham as suas actividades de modo muito informal, pois pode resultar apenas do esforço de meia dúzia de pessoas que residem num determinado bairro e que querem intervir só naquele bairro e com um único tipo de actividade, que pode ser a organização de festas ou de torneios de futebol ao fim de semana para juntar os jovens e fomentar o convívio, ou ainda tão só um clube de convívio onde se pode jogar cartas e conversar. Mas existem muitas outras associações dirigidas para a intervenção política, com tomadas de posição face às políticas de integração e de imigração.

Em 2000, editámos um livro sobre a imigração em Portugal e procedemos a um levantamento das associações existentes à data, tendo identificado o período de constituição (mesmo que algumas delas não estivessem formalmente legalizadas), a sua área de localização e a nacionalidade de referência dos grupos que constituíram a associação, bem como aos quais dirigem a intervenção.

Assim, podemos observar que existiam 184 associações de imigrantes. Deu-se um forte crescimento nas últimas duas décadas que coincidiu com o aumento na entrada de imigrantes em Portugal. Entre 1990 e 1999, foram criadas 51% das associações, cerca de 12% tinham-no sido na década de 1980 e também cerca de 12% foram criadas desde 2000. Não conseguimos obter a informação da data de constituição para uma boa parte das associações.

Em relação às associações ciganas, identificámos 12, já reconhecidas pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Há que salientar que as intervenções das associações de imigrantes e das associações de ciganos diferem muito entre si quanto às metodologias de trabalho e aos problemas que enfrentam, tanto ao nível interno, como nas suas relações com as outras associações e instituições.

Basicamente, a população africana dos países lusófonos é a responsável pela criação da maior parte das associações, uma vez que a maior intensidade dos fluxos destes países e a existência de comunidades residentes em Portugal há mais longa data fortalece e cria maior dinamismo associativo. As associações dos países africanos lusófonos constituem assim 75% do total das associações. Podemos também identificar um número significativo de associações de imigrantes de países do Leste europeu, que corresponde à evolução dos fluxos de imigração desses países para Portugal. Desde 2000, que o grosso das associações que têm sido criadas são exactamente de países do Leste da Europa (são 3% do total).

Muitas as associações participam em redes nacionais e internacionais, nomeadamente no quadro do espaço europeu. Os problemas dos imigrantes e dos ciganos dos vários países da União Europeia apresentam muitas semelhanças e sendo as políticas estatais cada vez mais tendentes à uniformização, é de todo conveniente partilhar discussão, experiência e

estratégias entre associações. O movimento associativo de imigrantes e de ciganos em Portugal tem desenvolvido também um esforço nesse sentido.

José Falcão

O trabalho que temos vindo a acompanhar no SOS Racismo é o da coordenação que existe entre as associações de imigrantes e as associações ciganas. E achamos que esse trabalho ajudou e contribuiu para um renovar do tecido associativo português. Não vamos dizer que foi por causa das associações de imigrantes que houve o Fórum Social Português, mas evidentemente que a dinâmica que a Rede Anti-Racista começou a criar, juntando cinquenta, sessenta, setenta associações, fazendo manifestações por questões concretas e trabalhando, ajudou a reanimar o Fórum. E também ajudou a contribuir para que as parcerias pudessem existir e estou a recordar-me que o Movimento Gay e o Movimento Anti-Racista chegaram a colar cartazes conjuntos para as duas manifestações culturais que estavam a organizar: o Gay Pride e a Festa da Diversidade. Chegou a haver essa troca num sector que é suposto ser complicado de gerir as diferentes discriminações de uma parte e outra, foi criada essa dinâmica, embora com altos e baixos, acompanhando as vicissitudes e forças do movimento associativo.

Hoje, neste encontro, apetece-me falar do Estado, do que o Estado faz com esta dinâmicas associativas.

O Estado, seja as autarquias ou o Estado central, gere as verbas consoante as associações estejam ou não de acordo com as suas políticas. Quando a associação é mais reivindicativa, tem mais dificuldade em aceder a financiamentos. Um caso completamente caricato é sabermos que toda a gente fala da insegurança dos bairros limítrofes das grandes cidades, toda a gente sabe que há o PER e toda a gente sabe que há centenas de lojas vazias neste país enquanto que há dezenas de associações com problemas em conseguir uma sede e que poderiam animar e activar a vida cultural e participativa dos bairros.

Nos bairros onde existe maior dinamismo por via associativa, existem menos problemas de exclusão porque há mais gente a trabalhar, a juntar-se, a perceber, a achar que o bairro é dela, a ter uma noção de pertença. “Eu estou a fazer crescer o meu bairro através da minha actividade cultural”, que pode ser um jogo de futebol, um grupo de dança ou qualquer reivindicação para não passar esta estrada ou para pedir aquela passagem de peões. E, de facto, as autarquias interferem na dinâmica associativa consoante os seus interesses.

Um exemplo concreto: o SOS Racismo estava à espera de uma sede e fomos a uma reunião da Assembleia Municipal, do sector social, colocar um problema muito simples de uma dirigente de uma associação cigana que tinha um problema relacionado com a casa. Nessa reunião, lemos uma carta que provocou muita irritação ao responsável pela habitação, apenas porque colocámos um problema e a atribuição de sede ao SOS ficou parada durante um ano. A sede já tinha sido dada, já tinha morada, mas não havia maneira de nos darem a chave. Este tipo de comportamento não tem nada que ver com a causa pública, isto é gerir os interesses públicos de acordo com as vontades e os estados de alma. Portanto, há também pouca transparência na criação de subsídios.

Outro exemplo: devem estar recordados que antes de existir o cargo de Alto Comissário, o Governo Civil de Lisboa geria verbas a distribuir pelas

associações de imigrantes para projectos, mas esses projectos não tinham nenhum controlo e havia associações que não apresentavam resultados nem relatórios finais e recebiam subsídio de forma igual às que apresentavam contas.

Ao não haver de facto transparência nestes processos, os dinheiros são geridos como lhes convém.

A nossa sede também é na Ameixoeira e foi-nos dada em bruto, tivemos que arranjar dinheiro para fazermos os acabamentos e o trabalho foi na base do voluntariado, mas existem outros grupos que têm muita dificuldade em se mexer, para por a sede a funcionar porque os que lhes dão é o espaço completamente em bruto e depois dizem que dão, o que é falso porque quando aquela associação desaparecer a Câmara fica com um lugar apto. Por exemplo, os ciganos residentes na Ameixoeira não têm capacidade para interpelarem a autarquia e arranjar um espaço.

E aqui apetece-me fazer a ponte com a imigração: quando os imigrantes vêm para um novo país estão aptos para entrar no mercado de trabalho porque têm educação paga pelo país de origem e o Estado que recebe não gasta um tostão com esta mão-de-obra. E as sedes são a mesma coisa, as Câmaras não vão gastar um tostão com o arranjo daqueles espaços, esperando poder vir a usufruir mais tarde para outras coisas, porque as associações morrem quando não têm apoios, a não ser quando têm força de vontade.

Portanto, há uma chantagem e a democracia aqui é muito complicada de gerir, a ditadura pesa nesse aspecto. Não há participação democrática e as verbas e os dinheiros e as ofertas que as Câmaras, os Governos, o Estado, têm para dar às associações é gerido consoante os seus interesses muito particulares. O que tem valido é que, felizmente, há uma série de associações que cada vez mais se vão tornando independentes, que percebem que não podem estar à espera, que se organizam para que as coisas aconteçam e é neste momento em que estamos.

O facto de existirem muitas associações que têm um espaço e conseguem fazer alguma coisa tem muito pouco que ver com o espaço democrático que toda a gente reivindica como grande conquista que é o movimento autárquico.